

Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR

Local: Centro de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Data: 24 de fevereiro de 2011

Horário: 10:00h às 13:00h

Conselheiros: Marco Antônio Barbosa (SENGE); Armando Ivo de Carvalho Abreu e Ângela Botelho (SEARJ); David Cardeman (ADEMI); Roberto Lira de Paula (SINDUSCON); Antônio Carlos Mendes Gomes (FIRJAN); Hélio de Oliveira Barros e Magno Nunes da Silva (CML); Regina Lúcia F. de Abreu Chiaradia (FAM-RIO); João Carlos Barbosa Brasil (FAFERJ); Vereadora, atual Deputada estadual Aspásia Camargo (CMRJ); José Ruy da Silva Lemos e Vânia Leal Mendonça (SMO); Cristina Barreto da Silva (SMH); Simone Thury M. Rodrigues Lopes (CVL); Luiz Eduardo Pizzotti (SMAC); Tereza Maria da Silva (SMAS); Cláudia Alves de Oliveira (PGM); Sérgio Moreira Dias e Marlene Ettrich (SMU).

Faltas justificadas: José Conde Caldas (ADEMI).

Convidados permanentes: Tomás Pombo p/ Alexandre Sampaio de Abreu (SINDRIO).

Participantes: Maria Madalena Saint-Martin (SMU-Subsecretária); Márcia Queiroz Bastos (SMU/GAB); Ricardo Lafayette (CMRJ – Assessor Ver. Carlo Caiado); Roberto C. Borges Diniz, Leda Magno de Carvalho e Mauro Salinas (SMAC); Marcelo Aldaher Magalhães (GEORIO); Andréa Teixeira Silva (SMH); Ana Paula Quintão (SMU/CGPE); Giselle Guerisoli (SMU/CAIS); Pedro Rodrigo Rolim, Samir M. Costa, Wanderson Correa, Monica Bahia Schlee e Kelly Ferreira Esch (SMU/CGPU/CMP); Maria Cristina Tardin Costa, Maria Alice M. de Souza e Flávia Etinger de Araújo (SMU/CGPU/CPL/GPL3); Lélío Polessa Maçaira (SMU/CGPU/CPL/GPL4); Christiane dos S. Oliveira, Paulo José Affonso Vianna, Marcus Felipe E.S. Catabra, Felipe Manhães, Cristina Auler e Isabel Habib Mattar de Araújo (SMU).

Palestrantes:

Alexandre Cardeman – Assessor Especial do Centro de Operações RIO

Luís Otávio Vieira Martins – Diretor da Diretoria de Estudos e Projetos da GEORIO

Daniel Mancebo – Coordenadoria de Macroplanejamento da CGPU/SMU – Coordenador

André Souza Pelech – Coordenadoria de Macroplanejamento da CGPU/SMU

Os temas escolhidos para a Reunião Ordinária do COMPUR de 24 de fevereiro/2011:

1. MAPEAMENTO GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO DE RISCO DO RIO DE JANEIRO

2. AVALIAÇÃO DAS ÁREAS DE RESTRIÇÃO À OCUPAÇÃO URBANA

foram precedidos por visitação às instalações do CENTRO DE OPERAÇÕES RIO, guiada por Alexandre Cardeman, Assessor Especial.

Após a visitação, o Secretário Municipal de Urbanismo e Presidente do COMPUR Sérgio Moreira Dias abriu a reunião agradecendo pela explanação sobre as atividades desenvolvidas no Centro de Operações Rio, feita por Alexandre Cardeman, e pela presença da Vereadora e agora Deputada Estadual Aspásia Camargo.

A seguir apresentou o palestrante convidado, Luís Otávio Vieira Martins, Diretor da Diretoria de Estudos e Projetos da GEORIO e os palestrantes da Coordenadoria de Macroplanejamento responsáveis pela apresentação do segundo tema da pauta.

1. MAPEAMENTO GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO DE RISCO DO RIO DE JANEIRO

Luís Otávio Vieira Martins – Diretor da Diretoria de Estudos e Projetos da GEO RIO – Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
Principais pontos colocados:

- Iniciou a apresentação (disponível para consulta no site da SMU/página do COMPUR) comentando que, a princípio, já existia um sistema anterior, mas que o Prefeito tinha em mente a implantação de um sistema de alerta. A partir das chuvas de abril 2010 foi feito um aperfeiçoamento do sistema em tempo recorde. A alma deste sistema é o radar. O anteriormente existente, operado por Brasília, foi substituído por um operado pelo Município, comprado em regime de urgência.

- A GEORIO tem aprox. 40 anos de experiência com esse tipo de mapeamento, porém encontrava-se desatualizado. Providências tomadas: contratação do serviço de atualização, compra do radar, criação do Centro de Operações RIO.

- No período de ocorrência das grandes chuvas na Região Serrana houve a coincidência com a implantação do Sistema de Alerta RIO (sirenes). Apresentado à mídia, tomou um vulto nacional e hoje estamos participando da montagem de um Sistema Nacional que tem como referência nosso sistema (comentou sobre a visita da presidente e do governador ao Centro de Operações RIO).

- Mapeamentos:

a) para todo o município: mapa de suscetibilidade indicando os locais onde existe a possibilidade de haver escorregamento (1.255 km²) – escala 1:10.000.

b) para o Maciço da Tijuca e áreas adjacentes: mapa de suscetibilidade na escala 2.000 (280 km²).

c) Inventário de risco das comunidades favelizadas do maciço da Tijuca e adjacências (13 km²).

- Sobre o Mapa de Suscetibilidade esclarece que se refere à possibilidade de escorregamentos e não se trata de mapa de risco, que exige ida a campo para definir, pois nem toda área suscetível precisa ser de risco. Características:

a) a diferenciação de cores representa: vermelha (alta suscetibilidade), amarela (média suscetibilidade) e verde (baixa suscetibilidade);

b) foi construído através da atualização das seguintes informações: declividades, áreas de proteção ambiental, mapeamentos geológico/geotécnico/geomorfológico, uso do solo, ocorrências;

c) de fácil interpretação e rápida atualização, adequado a servir de suporte à tomada de decisões;

d) a realização de obras pode reduzir a suscetibilidade de uma área.

- Agregado a essa ferramenta existe o aerolevante a "laser", acoplado a helicóptero, e software complexo que permite mapeamento digital do que for preciso. Os feixes de raios laser permitem radiografias de coisas que os olhos não vêem.

- A GEORIO já existe 44 anos e possui um banco de dados muito consolidado e atualizado. A Prefeitura do RIO é a única que tem um órgão específico criado para esse fim.

- Quanto ao risco, que existe quando o ser humano entra em ação no local, foi feito o Inventário de Risco nas comunidades favelizadas – 196 comunidades foram vistoriadas e 21.000 moradias foram identificadas como situadas em áreas de risco. Hoje talvez 3000 moradias podem estar já beneficiadas. Estão trabalhando com um prazo de um ano para mitigar esses riscos e evitar o máximo a necessidade de remoções. Esse levantamento começou em abril e terminou em dezembro do ano passado.

- Respondendo a uma pergunta sobre o sistema de alerta, informou que até esse momento (antes de utilização de sirene) foi apresentado esse trabalho a todos os presidentes de comunidades, e que cada um recebeu um celular que permite contato direto com o Centro de Operações RIO e panfletos para divulgação desse recurso.

- Complementa esse recurso o PMAR – Previsão de Meteorologia de Alta Resolução, com radar que abrange toda a Região Metropolitana.

- A SMAS informou que já foram treinados 300 agentes comunitários responsáveis pela informação à Defesa Civil.

- Quanto a um sistema de alerta através de sirene, comentou que não existe no Brasil empresa que instale sirenes – somente acharam uma pequena empresa de fundo de quintal que fabrica sirene acoplada a pluviômetro.

Principais pontos colocados pelos conselheiros

- O estudo em andamento na SMU (apresentação feita está disponível para consulta no site da SMU/página do COMPUR) visa detalhar as áreas de restrição à ocupação urbana, tendo por objetivos:

a) Identificar e mapear áreas de restrição à ocupação urbana, como previsto pelo Plano Diretor;

b) Embasar e orientar as propostas de zoneamento vinculadas aos Planos de Estruturação Urbana (PEU);

c) Avaliar possíveis conflitos entre zoneamentos propostos e áreas de restrição.

- Os diagnósticos em andamento para a definição das áreas de restrição buscam avaliar cada local e os conflitos existentes com as áreas sob ocupação urbana – é difícil chegar a uma padronização para todas as situações

- Faz parte do diagnóstico o mapeamento das áreas de transição e de risco, entre outras categorias que estão sendo definidas.

- As áreas protegidas por legislação federal são de restrição à ocupação urbana, mas não necessariamente já se encontram delimitadas. Fundamental é mapear as Áreas de Preservação Permanente – APPs. Este mapeamento, no entanto é bastante complexo

- Foram apresentados uma série de mapeamentos, incluídas imagens que chamam atenção sobre as áreas de borda dos parques. Estão trabalhando tentando ver como inserir essas diferentes situações na legislação.

- Foi comentado que a cota 100 metros está bem próxima dos limites definidos para áreas de amortecimento e que existe a necessidade de conceituação de áreas de baixa densidade de ocupação urbana.

- Colocadas como conclusões preliminares do trabalho em andamento:

a) Devem ser consideradas as peculiaridades das variadas vertentes do Maciço da Tijuca nas futuras propostas de zoneamento em virtude dos diferentes níveis de proteção;

b) Deve ser definido conceito e abrangência da área de transição conforme estabelecido pelo Plano Diretor;

c) Há necessidade de mapeamento oficial das APPs do município;

d) Deve ser considerado o estudo de susceptibilidade e risco a escorregamentos da Fundação GeoRio;

e) Devem ser estabelecidas parcerias com órgãos vinculados à temática.

Principais pontos colocados pelos conselheiros

1) Pelo representante da CML.

- Perguntou o que está sendo visto em relação ao parque do mendanha que está sendo "detonado" através da instituição de AEISs. Resposta do representante da SMAC: Está seguindo para a Câmara um projeto de lei, com apoio do Ministério Público, que revoga essas AEISs e redelimita o Parque. O próprio vereador que propôs as AEISs reconheceu ter sido uma iniciativa equivocada.

2) Pela representante da SMH.

- Colocou a SMH à disposição comentando ser importante que as interfaces sejam trabalhadas concomitantemente.

3) Pelo representante da SMAC.

- Comentou que as áreas de amortecimento devem ser definidas nos Planos de Manejo.

4) Pelo representante do SENGE.

- Lembrou que no CONSEMAC estão lutando pelos Planos de Manejo.

5) Por Assessora da CMRJ.

- Chamou atenção sobre a falta de unidade existente nas conceituações, que pode gerar efeitos jurídicos diferentes.

- Comentou que as áreas mais frágeis precisam ser mais monitoradas.

Em 25/03/11

Marlene H. M. Etrich

Secretária Executiva do COMPUR